A RELEVÂNCIA DA ODONTOLOGIA FORENSE NA IDENTIFICAÇÃO HUMANA: Uma revisão literária

Amanda Barbosa Campos¹
Gabriela Martins Pontes Pereira²
Tawan Manze Santana³
Tatyane Guimarães R. de Castro⁴
Gisele Carvalho Inácio⁵
Angélica Ferreira Oton Leite⁶
Gustavo Henrique Souza e Silva⁷

RESUMO

A identificação humana é uma das principais atribuições desenvolvidas pela Odontologia Forense. As circunstâncias em que se fazem necessário o reconhecimento humano através da odontologia podem ocorrer de forma natural ou provocada, sendo que, em diversas vezes, os corpos encontram-se carbonizados, fragmentados, destruídos ou em processo de decomposição avançada, dificultando a identificação das vítimas. As técnicas odontológicas são aplicadas nestes casos, uma vez que os dentes possuem alta resistência e muitas vezes são a única forma para determinar a identificação do indivíduo. Enfatiza-se também a possibilidade de reconhecimento no indivíduo vivo. Realizar uma revisão bibliográfica sobre a relevância da atuação do cirurgião-dentista, no âmbito odontológico, e dos critérios adotados pelos cirurgiões-dentistas frente aos casos em que formas habituais de reconhecimento não podem ser executadas, restando ao perito o emprego de sua prática, de seus conhecimentos e técnicas para o desfecho da identificação. Trata-se de um estudo de revisão da literatura, no qual foram selecionados 10 artigos, publicados entre 2017 e 2022, encontrados nas bases de dados LILACS (Literatura Latino-americana em Ciências da Saúde), SCIELO (Scientific Electronic Library Online), PUBMED e GOOGLE SCHOLAR. A Odontologia Forense exerce um papel fundamental no processo de identificação humana, pois os dentes possuem particularidades que possibilitam o processo de reconhecimento do indivíduo, tornando-se em diversos casos o único material suscetível de análise.

Palavras-chave: Odontologia Forense; Identificação humana; Legislação Odontológica.

¹ Discente do Curso de Odontologia do Centro Universitário Universo Goiânia.

² Discente do Curso de Odontologia do Centro Universitário Universo Goiânia.

³ Docente do Curso de Odontologia do Centro Universitário Universo Goiânia, Especialista em Residência médica pelo Colégio Brasileiro de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial, 2013.

⁴ Docente do Curso de Odontologia do Centro Universitário Universo Goiânia, Mestra em Ortodontia pela Universidade Cidade de São Paulo, 2017.

⁵ Docente do Curso de Odontologia do Centro Universitário Universo Goiânia, Mestra em Odontopediatria pela Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto - USP, 2019.

⁶ Docente do Curso de Odontologia do Centro Universitário Universo Goiânia, Doutora em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás, 2014.

⁷ Preceptor do Curso de Odontologia do Centro Universitário Universo Goiânia.

INTRODUÇÃO

A Odontologia Forense é uma área capaz de realizar a identificação humana através de metodologias que levam em consideração as variáveis características dentárias que tornam impossível o fato de duas pessoas possuírem arcadas dentárias idênticas (TREVISOL et al., 2021).

Para Melo et al. (2021) os Odontologistas detêm de conhecimento especializado, sendo capaz de esclarecer inquéritos nos âmbitos criminal, administrativo e civil. Os profissionais desta área atuam no processo de identificação humana, tanto em vivos quanto em cadáveres.

Segundo Trevisol et al. (2021) a identificação humana é realizada através de estudos comparativos e reconstitutivos, permitindo determinar diversos padrões de interesse forense, como: espécie, sexo, idade, altura e fatores de individualização. A Odontologia no campo Forense é uma das mais importantes especialidades para o reconhecimento humano, devido a resistência dos elementos dentários diante da cronologia dos eventos. Cavalieri & Labuto (2021) reitera que a principal vantagem da evidência dentária é que o elemento é preservado por tempo indeterminado após a morte, podendo resistir a temperaturas próximas a 1.600°C, por aproximadamente 50 minutos.

O estudo de Silva et al. (2017) afirma que a Odontologia Legal, consagrada pelo professor emérito Luiz Lustosa da Silva (1924), é a especialidade que dispõe de todos os conhecimentos a serviço do Direito e da Justiça, definição já reconhecida no campo odontológico e nas Ciências Forenses. Essa área de atuação vai além das técnicas aplicadas aos exames cadavéricos, abordando ética odontológica, legislação, perícia e assistência técnica em áreas administrativas e judiciais.

No Brasil, segundo Franco et al. (2017), a Odontologia Legal enquanto aplicação técnica nos casos de identificação humana teve ascensão na década de 1930, na Polícia Civil de São Paulo, por meio do decreto nº 7.013/1935, fundado por Luiz Lustosa da Silva. Ainda, com a publicação da obra deste autor em 1924, iniciou-se a desagregação da Odontologia Legal da Medicina Legal, pois para serem realizadas as perícias odontológicas, o profissional deveria ter formação acadêmica específica em Odontologia. Diferentes métodos para identificação humana são utilizados pelos odontologistas, sendo alguns deles: exame

de registros odontológicos, que confronta documentação odontológica prévia de um suspeito com o indivíduo a ser identificado; por comparação de exames radiológicos, tomográficos e clínicos; análise de modelos de gesso, dos dados dos tratamentos realizados com aspectos da cavidade bucal da vítima; marcas de mordida; análise dos seios da face; análise de saliva; análise de rugas palatinas; estimativa de idade por estágios de mineralização dentária e impressões labiais. (GIOSTER-RAMOS et al., 2021).

Ainda, segundo Silva et al. (2021), o cirurgião-dentista possui papel crucial no sucesso da identificação humana, ao fazer um devido arquivamento de prontuários, radiografias, modelos em gesso dos pacientes e anotações sobre cada caso, pois estes elementos podem servir para a identificação positiva de vítimas. Não se pode deixar de enfatizar também a possibilidade de identificação de indivíduos vivos, sendo também necessário um arquivamento prévio, para que seja comparado com um segundo registro, obtido no momento em que se aplica o método da identificação.

Atualmente, esta especialidade está consolidada como ciência em sua totalidade, possuindo diversos campos de atuação, reconhecida pela sua importância e valor forense e com centros de formação profissional em todo o território nacional, fruto de uma incansável dedicação de grandes professores, peritos e pesquisadores desde o século XIX até a atualidade. (FRANCO et al., 2017).

O presente trabalho visa salientar a relevância e valor forense da Odontologia na identificação humana em sua totalidade, atuando na resolução de investigações de diversas naturezas, através de inúmeras técnicas odontológicas que evidenciam a singularidade de cada indivíduo.

1. METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de revisão literária, tendo como iniciativa reunir e sintetizar as evidências científicas disponíveis na literatura através de levantamento bibliográfico. Utilizou-se os seguintes descritores: “Odontologia Forense”, “Identificação Humana”, “Legislação Odontológica” e “Forensic Dentistry”, nas bases de dados LILACS (Literatura Latino-americana em Ciências da Saúde), SCIELO (Scientific Electronic Library Online), PUBMED e GOOGLE SCHOLAR. Foram critérios de inclusão: artigos na íntegra, nos idiomas português e inglês, publicados nos últimos 05 anos. Foram encontrados 30 artigos e selecionados apenas

10, que atenderam a proposta da investigação. Estes foram avaliados e confrontados entre si na busca de similaridades, estando ainda estão disponibilizados online gratuitamente em suas versões completas.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Franco et al. (2017) recorda alguns casos que foram relatados na história da Odontologia Forense, mas o que realmente destacou-se mundialmente foi o incêndio do Bazar da Caridade em 04 de maio de 1897. Neste dia, 126 pessoas morreram carbonizadas e mais de 200 ficaram feridas, onde vários corpos foram reconhecidos e 30 não foram identificados. O cônsul Paraguaio, na época, procurou ajuda dos cirurgiões-dentistas das vítimas. Dr. Charles Godon, Dr. Isaac Davenport e Dr. Ducourneau foram os convocados e, durante o processo de identificação, no final, somente 05 não tiveram a identidade reconhecida.

Em 1924, no Brasil, como aponta Silva et al. (2017) a Odontologia Forense desmembra da Medicina Legal e passa por um período de legitimação enquanto técnica e ciência. Tornou-se reconhecida legalmente na década de 30 por meio de estudos e perícias realizados pelo Professor Luiz Lustosa da Silva que, posteriormente, foi reconhecido como Pai da Odontologia no Brasil. Em 1978, após as primeiras normas estabelecidas pelo CFO (Conselho Federal de Odontologia), foi constituída uma grade de conhecimentos básicos para a formação almejada de um Odontologista que pudesse atuar nas diversas áreas da odontologia legal, não somente na parte de identificação *post mortem*.

Em estudo sobre a regulamentação legal da Perícia Odontolegal no Brasil, Lima et al. (2017) aponta que os peritos oficiais são fundamentais para complementar a deficiência de conhecimento técnico e específico de juízes e autoridades policiais na análise total de detalhes envolvidos em um processo. O odontologista deve possuir graduação em Odontologia e tem seu exercício legal regulamentado pela Lei 5081/66, cujas ações periciais estão correlacionadas com as presentes nos artigos 63 e 64 da Resolução CFO - 63/2005. Os autores ainda salientam a extrema relevância dos Cirurgiões Dentistas no corpo dos órgãos oficiais de perícia, pois estes são os únicos e verdadeiros conhecedores da área, podendo desenvolver identificação no indivíduo vivo, em cadáver, perícias de lesões corporais, determinação de idade, embriaguez e

demais exames. Ainda neste estudo, evidencia-se que existe a regulamentação para o cargo de Odontologista em 17 estados da federação, porém em somente 12 unidades existe a atuação ativa deste profissional.

Atualmente, no Brasil, segundo o CFO (Conselho Federal de Odontologia) existem 879 profissionais cadastrados na categoria de cirurgião-dentista inscritos na especialidade de Odontologia Legal.

De acordo com Sales & Villalobos (2018), a identificação humana *post mortem* consiste em método comparativo, e compreende três fases: 1) Examinar resquícios presentes no indivíduo, onde são coletadas as informações *post mortem*. 2) Coleta e exame das informações do indivíduo, onde são coletados os dados *ante mortem*. 3) Processo de comparação entre os dados coletados.

No processo de investigação da identificação humana faz-se necessário a análise dos registros e prontuários obtidos, bem como a comparação entre eles. Sendo assim, alguns métodos são utilizados para obter o melhor resultado, dentre eles abordaremos: imagens radiográficas, estágio de mineralização dos dentes, seios paranasais, rugoscopia palatina, queilosscopia, saliva, marcas de mordida e autópsia dentária.

O prontuário odontológico é o documento que contém várias informações relacionadas à anamnese, queixa principal, história médica e odontológica atual e pregressa, exame físico geral, extra e intrabucal, plano de tratamento e evolução do tratamento que, quando bem elaborado, se torna grande aliado do cirurgião dentista, além de ajudar no processo de identificação humana (CARMO, 2019). Conceição et al. (2018) alerta para o fato de que, o não fornecimento de detalhes descritivos nos prontuários odontológicos, pode resultar em identificações humanas enganosas e alegações de negligência clínica ou má conduta profissional.

No processo de identificação humana através de imagens radiográficas em cadáver, faz-se necessário a análise dos documentos odontológicos *ante mortem* para comparação com registros *post mortem* da vítima. Essas radiografias mostram a presença de cáries, restaurações, tratamentos endodônticos, detalhes anatômicos, entre outros, tornando de grande importância nos casos de identificação humana. (CARMO, 2019).

Gomes et al. (2020) expõe que estudos têm apresentando a importância de executar a radiografia intrabucal pelo odontologista. O exame deve abranger todos os locais de suporte dentário, alcançando também as áreas edêntulas, obtendo assim o

conhecimento de dentes inclusos, raízes residuais e estruturas anatômicas.

Nas palavras de Ramos et al. (2021), em casos onde houver uma vítima ou umasuspeita de delito, é de fundamental importância a hipótese de idade do indivíduo paraa identificação humana, além de determinar os passos de uma investigação. Uma dasmedidas determinantes para identificação de idade cronológica é por meio do estágio de mineralização dos dentes, uma vez em que se tratando de restos mortais, os dentes, ao contrário de outras estruturas do corpo humano, evidenciam maior veemência a adversidades ambientais. A dentição permanente se inicia por volta dos 6 anos e, normalmente, finaliza próximo aos 18 anos. Os terceiros molares são os dentes mais aproveitados para aplicar a técnica em adultos jovens.

Os seios paranasais são cavidades pneumáticas que existem em alguns ossos, possuem grande diversidade em sua morfologia, e a possibilidade de duas pessoas terem a mesma morfologia é remota, o que permite a sua utilização para identificação humana. Pode-se utilizar radiografias intraorais e panorâmicas e tomografias computadorizadas. Estas possuem melhor resolução, sem sobreposição de elementos e a possibilidade de mensuração mais precisa, sendo assim a técnica de escolha para análise dos seios da face, sendo capaz de identificar com precisão os indivíduos (SILVA et al., 2021).

Segundo Gioster-Ramos et al. (2021) a rugoscopia palatina é um técnica empregada para analisar as rugas palatinas, que estão situadas no terço anterior do palato, possuindo elevações assimétricas e irregulares. Estão presentes em todos os seres humanos, possuem características permanentes e singulares de cada indivíduo, são resistentes a alterações de envelhecimento, uso de aparelhos ortodônticos e traumas. Este método é realizado através da inspeção intraoral, sendo considerada uma maneira mais conveniente, por ser acessível e econômica. As rugas palatinas também podem ser avaliadas por fotografias, impressões em modelos de gesso e digitalização por scanner a laser 3D, que obtem uma imagem tridimensional da anatomia.

A queiloscopia é um método de identificação humana onde são analisados os sulcos labiais, suas disposições, as comissuras labiais e a espessura labial do indivíduo (NASCIMENTO et al., 2021). Neste estudo, afirma-se que os padrões de impressões e espessuras labiais variam na sociedade, variação esta que pode auxiliar em investigações forenses e criminais. Graças à unicidade das impressões labiais e a similaridade com impressões digitais, este método pode ser utilizado para

identificação pessoal. Em caso de ausência de outras evidências, as impressões labiais podem ser encontradas em objetos, como: vidros, copos, papéis, cigarros, etc. Geralmente, a qualidade da impressão é muito imperfeita ou borrada, tornando a identificação queiloscópica inviável.

Ainda para Nascimento et al. (2021), entre todos os fluidos corporais, a saliva é o meio mais favorável de identificação em investigações forenses e criminais, devido sua praticidade de disponibilidade. É considerado um método de coleta não invasivo e econômico. Com o avanço da tecnologia do DNA, aperfeiçoou-se o isolamento do DNA humano em manchas de saliva secas obtidas a partir de marcas de mordidas e impressões labiais, o tornando mais exato. A coleta é simples e indolor, podendo então ser realizada em bebês, crianças e idosos.

Para Silva et al. (2021) as marcas de mordida é um método de identificação contestável e complexo para utilização entre as técnicas de identificação humana. A técnica não é considerada confiável, sendo que, pode levar perante a um tribunal questionamentos por não fornecer valores quantitativos, o que pode determinar calúnia nos casos em que o suspeito não é identificado. O odontologista não pode considerar que as marcas encontradas são de uma pessoa em particular. O método pode apenas esclarecer se há ou não a hipótese de que a marca de mordida remete-se a algum dos suspeitos. Somente esta evidência apresentada não é o suficiente para determinar o culpado. No entanto, as marcas de mordida podem ser úteis para descartar suspeitos onde todos são conhecidos.

De acordo com Roy et al. (2021) a autópsia dentária engloba exames na região interna e externa de uma vítima. O exame interno da cavidade oral utiliza-se técnicas restritas de dissecação proporcionando uma avaliação das estruturas internas. O exame externo analisa lesões, espuma/líquido ou objetos estranhos. Essas condutas visualizam as estruturas dentárias, e métodos são necessários para aplicação da técnica. O método de incisão realiza incisões na pele, músculo e fáscia. Posteriormente, no método de ressecção, a maxila e/ou mandíbula são ressecadas e retiradas para uma avaliação mais detalhada.

De acordo com Ehrhardt et al. (2021) a identificação humana é um processo que deve ser desenvolvido cientificamente, utilizando-se técnicas reconhecidas mundialmente. Recomenda-se que o odontologista seja parte da equipe pericial pois o cirurgião-dentista é dotado de conhecimento médico e antropológico geral, na análise de partes do corpo, bem como as estruturas antômicas odontológicas

específicas, sendo um profissional devidamente qualificado nas diversas modalidades de identificação.

3. DISCUSSÃO

Segundo Gioster-Ramos et al. (2021), a identificação humana através da Odontologia Forense depende da comparação de características similares, realizada por meio da confrontação de registros odontológicos anteriores e posteriores. Melo et al. (2021) afirma que esta especialidade é uma ciência que está em constante evolução, e suas técnicas de reconhecimento humano através dos dentes vêm sendo difundidas ao longo da história.

Em crimes contra a vida humana, especificamente explosões de bombas, guerras, desastres de avião, corpos carbonizados ou em avançado estado de decomposição, busca-se a utilização de métodos mais rápidos e mais precisos no decorrer da identificação dessas vítimas. Em algumas ocorrências, os elementos dentários constituem uma fonte bastante satisfatória de ácido desoxirribonucleico (DNA), pois são conservados tecidos epitelial, conjuntivo, muscular e ósseo. Além de que, as células da polpa dentária são protegidas pelo esmalte e dentina, e os tecidos dentais duros, pelo cimento (TREVISOL et al., 2021).

Cavalieri & Labuto (2021) salientam também a importância da identificação *in vivo*. Segundo estes autores, a atuação do odontologista nos IMLs (Institutos Médicos Legais) não se restringe à identificação de corpos. Pelo contrário, a maioria dos trabalhos é constituída de perícias em vivos, por exemplo, lesões em indivíduos em situações de violência interpessoal envolvendo a face. A identificação do vivo também compreende: comparar marcas de mordidas nos corpos de vítimas ou agressores, examinar manchas de saliva e demais fluidos corporais para determinar o estado de embriaguez alcoólica e constatar lesões corporais resultantes de erro durante tratamento odontológico.

Gioster-Ramos et al. (2021) ressalta, ainda, que os métodos empregados pela Odontologia Forense são, geralmente, práticos, simples, de baixo custo e confiáveis, sendo, em diversas situações, a melhor alternativa para responder à Justiça e à sociedade o questionamento sobre a identidade buscada.

Sobre os métodos mais utilizados na Odontologia Legal, Cavalieri & Labuto (2021) e Gioster-Ramos et al. (2021) concordam que exames radiográficos têm

desempenharam papel fundamental na identificação humana. Os autores afirmam que características anatômicas, como tamanho e forma das coroas, anomalias dentárias hereditárias, tratamentos dentários, anatomia pulpar, elementos supranumerários, diastemas, entre outros, podem ser essenciais para o reconhecimento humano.

De acordo com esses autores, a rugoscopia palatina é uma técnica alternativa que pode ser aplicada nos casos em que os dentes estão ausentes, realizando a comparação de formas, números e classificação das rugas palatinas. A rugoscopia pode ser realizada através de fotografias do palato e análise em modelos de gesso. Ainda segundo Gioster-Ramos et al. (2021) e Cavalieri & Labuto (2021), a queilosopia (método em que são analisados os sulcos labiais) é mais eficaz para obter dados *ante-mortem*, sendo então, uma técnica considerada confiável na identificação em vivo.

Entre todas as técnicas de identificação humana analisadas neste estudo, as marcas de mordida, tanto para Melo et al. (2021), quanto para Gioster-Ramos et al. (2021), são consideradas um dos meios de identificação mais controversos e de maior complexidade, sendo motivo de divergência devido às suas subjetividades. O método não é tão confiável pois pode somente elucidar se há ou não probabilidade de que a marca de mordida pertença a alguma pessoa. Sendo assim, quando somente essa evidência é apresentada, ela não é suficiente para determinar o indivíduo.

Acerca da legislação envolvendo a especialidade em Odontologia Legal, segundo Conceição et al. (2018), os profissionais de odontologia são obrigados a produzir e manter registros adequados dos pacientes (prontuário odontológico e exames radiográficos). Dito isso, é importante ressaltar que o erro mais comum entre os cirurgiões dentistas é o registro incorreto ou incompleto dos procedimentos realizados nos pacientes. Portanto, faz-se imprescindível o correto preenchimento e arquivamento destes documentos.

Carmo (2019) também alerta os cirurgiões dentistas sobre o uso de fichas clínicas reduzidas e o estado de conservação dos documentos. Muitos profissionais, ao não preencherem e armazenarem corretamente estes materiais, acabam ficando vulneráveis caso sejam acionados pela justiça. Além disso, afirma que, com o avanço da tecnologia, os documentos digitais também possuem validade jurídica, havendo maior qualidade de imagem e facilitando o armazenamento.

Melo et al. (2021) nos assegura que o profissional odontologista possui papel

essencial no campo das ciências forenses, pois é ele quem detém o conhecimento necessário sobre anatomia dentária, radiologia odontológica, materiais odontológicos e, dessa forma, consegue atuar dentro de uma equipe multidisciplinar ajudando a agilizar as investigações. Afirma, ainda, que odontologia forense é um campo em expansão, e a presença de profissionais habilitados e experientes torna-se cada vez mais indispensável. Trevisol et al. (2021) reforça que a Odontologia Forense apresenta uma função significativa no método de identificação, tornando-se segura e de fundamental relevância.

CONCLUSÃO

A Odontologia Forense no processo de identificação humana é considerada de fundamental importância, uma vez que, a arcada dentária (assim como a impressão digital e o DNA) é única para cada ser humano. Em inúmeras situações, será a única forma possível de análise. Diversas técnicas podem ser aplicadas para auxiliar na identificação humana, incluindo a determinação do sexo, etnia e idade. No entanto, ao aplicar qualquer um dos métodos, necessita-se de um registro anterior, para que possa ser comparado com um registro posterior. Sendo assim, é imprescindível que os registros odontológicos realizados durante os tratamentos odontológicos sejam preservados pelo cirurgião-dentista. Dito isso, é possível assegurar que a Odontologia Legal está em constante evolução e possui um papel de extrema relevância no processo de reconhecimento humano, sendo os profissionais odontologistas fundamentais nos órgãos oficiais de perícia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARMO,G.S. Faculdade Maria Milza Bacharelado em Odontologia. A DOCUMENTAÇÃO ODONTOLÓGICA SOB A ÓTICA DA ODONTOLOGIA LEGAL: REVISÃO DE LITERATURA, Bahia, p.12-37, 2019.

CAVALIERI, B.; LABUTO, M. Evolução da Odontologia Legal e sua importância no processo de identificação humana. **Cadernos de Odontologia do Unifeso**, Teresópolis.v.3, n.1, p.76-86, 2021.

CONCEIÇÃO, L.D.; OURIQUES, C.S.; BUSNELLO, A.F.; LUND,R.G. IMPORTANCE OF DENTAL RECORDS AND PANORAMIC RADIOGRAPH IN HUMAN IDENTIFICATION: A CASE REPORT. **Rev.Brasileira de Odotologia Legal-RBOL**, Goiânia, v.5,n.2,p.68-75, 2018.

Conselho Federal de Odontologia. Disponível em: <https://website.cfo.org.br/estatisticas/quantidade-geral-de-cirurgioes-dentistas-especialistas/>. Acesso em 16/08/2022.

GIOSTER-RAMOS, M. L.; SILVA, E. C. A.; NASCIMENTO, C. R.; FERNANDES, C. M.da S.; SERRA, M.C. Human identification techniques in Forensic Dentistry. **Research,Society and Development**, v. 10, n. 3, 21.

GOMES,M.G.S.; ANDRADE,V.M.; MEDEIROS,A.S.; SOUZA,A.C.B.; VISCONTI,M,A. DENTAL RADIOGRAPHIC ANATOMY ANALYSIS FOR IDENTIFICATION OF A CARBONIZED BODY: CASE REPORT. **Revista Científica do CRO-RJ (Rio de JaneiroDental Journal)** , Rio de Janeiro, v.5,n.3, September-December, 2020.

LEI 5.081 DE 24/08/1966 Regula o Exercício da Odontologia.Disponível em: http://www.forp.usp.br/restauradora/etica/lei_5081.htm Acesso em 30/08/2022.

MELO,M.V.;COSTA,L.C.P.;PEREIRA,R.M.A.;MACHADO,F.C.; MARTINS,V.M.; ROCHA,A.M. Identifying bite mark analysis in forensic dentistry: a literature review. **Research, Society and Development**, t, v. 10, n. 14, e3711101422142, 2021

ROY,J.;SHAHU,U.;SHIRPURE,P.;SONI,S.;PAREKH,U.;JOHNSON,A. A literature review on dental autopsy – an invaluable investigative technique in forensics. **Autops Case Rep**, São Paulo,11, 2021295,2021.

SALES,E.O.;VILLALOBOS,M.I.O.B. O POTENCIAL DA ODONTOLOGIA LEGAL SEM O USO DE EXAMES RADIOLÓGICOS PARA A IDENTIFICAÇÃO HUMANA. **Rev.Brasileira de Odotologia Legal-RBOL**, Gioânia,v.5,n.3,p.52-61,2018.

SILVA,R.F.;FRANCO,A.;OLIVEIRA,R.N.;JUNIOR,E.D.;SILVA,R.H.A. A HISTÓRIADA ODONTOLOGIA LEGAL NO BRASIL. PARTE 1: ORIGEM ENQUANTO TÉCNICA E CIÊNCIA.**Rev.Brasileira de Odotologia Legal-RBOL**, Goiânia,v.4,n.2, p.87-103,2017.

TREVISOL,S.;TIECHER,C.;COELHO,A.M.;LOUREIRO,M.A.;THEIL,R.R.;EHRHARD T,A. Odontologia Forense: sua importância e meios de identificação post mortem. **Rev.Brasileira Ode Criminalística**, v.10,n.1,p.11-21,2021.